



Lia Baker Valls Pereira

Chefe do Departamento de
Análise Econômica da Uerj

Pesquisadora associada FGV IBRE



Qual foi a importância da Cúpula do BRICS?

Nos dias 6 e 7 de julho, o Brasil presidiu a 17ª Cúpula do BRICS. Além dos cinco países que compõem o acrônimo BRICS, foram incorporados novos membros a partir de 2024: Indonésia, Egito, Irã, Etiópia e Emirados Árabes Unidos. A Arábia Saudita ainda não aderiu formalmente ao bloco, embora participe como membro. Em adição, existe a categoria de países parceiros do BRICS composta por Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã.

Na avaliação de representantes da sociedade civil divulgada na imprensa, em notas acadêmicas sobre o BRICS e na Declaração Final dos Presidentes, duas posições se destacam. Uma considera que a heterogeneidade de interesses dos membros dificulta proposições mais assertivas, uma vez que as decisões são consensuais. Além disso, para alguns críticos, a composição do grupo majoritariamente de países asiáticos tenderia a um viés “antiocidental” e pró-China. Para outro grupo, se a heterogeneidade dificulta consensos sobre diversos temas, essa seria também a importância do BRICS. Exploramos essa alternativa.

As instituições econômicas criadas no pós-guerra — Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial

(BM) e Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT e depois Organização Mundial do Comércio, a partir de 1995) — refletiram valores, regras e diretrizes da ordem liberal conforme entendida, em especial, pelos Estados Unidos e seus aliados europeus. As decisões no FMI e no BM são concluídas por votação ponderada pela participação dos países, segundo critérios de renda e outros. Por exemplo, no FMI, algumas decisões exigem no mínimo 85% dos votos. Atualmente, o peso dos Estados Unidos é de 16,49%, seguido do Japão, com 6,14%, e da China, 6,08%, o que significa poder de veto. Uma das reivindicações do BRICS é a reforma das cotas do FMI, que começou em 2010, mas não foi ainda totalmente implementada.

Na OMC, as decisões são consensuais. A emergência da China e de países em desenvolvimento como o Brasil, acabou com a formação de consenso liderada pelos Estados Unidos, Canadá, Japão e União Europeia (Quad – Diálogo de Segurança Quadrilateral, na sigla em inglês). Como tratar assimetrias entre países com diferentes níveis de desenvolvimento e definir o grau de autonomia das políticas domésticas passam a ser questões em que o consenso fica mais

difícil, dada a diversidade de valores e entendimentos das políticas públicas, subsídios, entre outras.

Um dos grandes desafios da governança global é construir normas que exigem reconhecer diversidades e assimetrias. O consenso não é a aceitação de um único padrão. Não é acabar com a globalização, mas com as regras que exigiam harmonizações e elevados níveis de convergência para reduzir ao máximo os custos de transação econômica, como nos anos de 1990-2010. A reglobalização envolve criar um sistema de regras. Assim, é preciso identificar o que são as regras mínimas que todos aceitam e que graus de flexibilidade é possível negociar.

O BRICS não é um acordo econômico. No entanto, em cada uma das linhas priorizadas pela Presidência do Brasil foram criadas plataformas de cooperação e incentivos à continuação das que já estão em andamento. Na Declaração Final, foram destacadas a Declaração-Marco dos Líderes do BRICS sobre Finanças Climáticas, da Declaração dos Líderes do BRICS sobre Governança Global da Inteligência Artificial, e o lançamento da Parceria do BRICS para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas.

No eixo de “Cooperação Internacional em Economia, Comércio e Finanças”, foi estabelecido que será discutida a criação de um sistema de Garantias Multilaterais (GMB), a ser incorporado no Novo Banco de Desenvolvimento, que promova investimentos privados em infraestrutura e desenvolvimento sustentável. O objetivo é reduzir o grau de risco para países do sul global. Também foi proposta a criação de um Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS para estimular práticas financeiras e

O “temor” do BRICS ser identificado como um agrupamento antiocidental não se sustenta, pois vários participantes possuem laços econômicos e políticos com os EUA e países europeus

abordagens novas para projetos. Citamos apenas duas iniciativas, mas várias outras são propostas.

Os outros eixos são: fortalecer o multilateralismo e a governança global; segurança, paz e estabilidade internacional; mudança do clima promovendo o desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo; parcerias para a promoção do desenvolvimento humano, social e cultural.

Em cada um desses eixos são apresentadas várias iniciativas de cooperação, criação de mecanismos de intercâmbio, entre outras. Uma visão cética destacaria que são várias propostas sem nenhum monitoramento, que refletem desejos comuns sem detalhar como serão realizadas, e que assim o consenso é fácil.

Não partimos da visão cética, mas reconhecemos como pouco provável que a agenda tão ampla do BRICS seja totalmente realizada. Não achamos, entretanto, que esse seja um problema. Entendemos que o BRICS funciona como um guarda-chuva institucional onde nem todas essas ini-

ciativas irão avançar e nem todos os países irão participar.

A interpretação do BRICS ser a possibilidade de um “exercício de negociação para um mundo multipolar”, onde decisões precisam ser consensuadas pelos resultados da cúpula, sugere que nem todas as questões são passíveis de consenso, em especial em temas geopolíticos. Em adição, embora o BRICS tenha divulgado um compromisso sobre o tema da governança global da inteligência artificial, prioritário no mundo atual, o desafio é avaliar se será possível chegar a uma proposta substantiva sobre as regras dessa governança.

Observa-se que o “temor” do BRICS ser identificado como um agrupamento antiocidental não se sustenta, pois vários participantes possuem laços econômicos e políticos com os Estados Unidos e países europeus. Outro, que o BRICS seja usado pela China como sua plataforma, depende da posição de outros países do grupo, em especial, as maiores economias em desenvolvimento como o Brasil, Índia e Indonésia. Sob esse aspecto, não interessa ao Brasil que a membresia do grupo se expanda, pois torna mais difícil a construção de posições comuns.

O BRICS é um espaço para diálogo e propostas que podem ou não ser implementadas. Tem permitido a criação de grupos no nível de governo, instituições do setor privado, acadêmicos, institutos de pesquisa que se reúnem ao longo do ano entre as cúpulas. Essas trocas são uma contribuição relevante para a formação de um mundo onde se espera que a diversidade seja um dos componentes que garanta a estabilidade de um mundo multipolar. ■